

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
-------------	---

PRIMEIRA PARTE O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE COMO PARÂMETRO CONFORMADOR DO EXERCÍCIO DOS PODERES DE VALORAÇÃO PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. PODERES DE VALORAÇÃO PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E SUA SUBORDINAÇÃO A PARÂMETROS DE JURIDICIDADE	11
1. A Administração como Poder	11
2. A Administração como um poder subordinado: o princípio da legalidade da Administração	12
3. A Administração como um poder autónomo: formas de atribuição dessa autonomia	14
4. Os conceitos normativos indeterminados como forma de atribuição de autonomia à Administração	17
5. A chamada “discrecionariiedade técnica” da Administração	20
6. Em especial, o problema do controlo da eficiência da Administração	25
7. Os princípios gerais da atividade administrativa como parâmetros conformadores do exercício de poderes de valoração próprios da Administração	27

2. O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE COMO PARÂMETRO CONFORMADOR DO EXERCÍCIO DOS PODERES DE VALORAÇÃO PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO	29
8. Inaplicabilidade do princípio ao exercício de poderes vinculados	29
9. Precisações adicionais	32
10. Sentido da referência legal à “interpretação das normas”	37

SEGUNDA PARTE
SENTIDO E ALCANCE DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE
COMO PARÂMETRO DE ATUAÇÃO E CONTROLO
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ENQUADRAMENTO

1. PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO ARTIGO 8.º DO CPA	45
11. Enquadramento	45
12. Razoabilidade: ambiguidade e popularidade do conceito	46
13. Autonomia da razoabilidade no ordenamento jurídico português	47
2. CONCLUSÕES PRELIMINARES E INDICAÇÃO DE SEQUÊNCIA	55
14. Conclusões preliminares e indicação de sequência	55

PRIMEIRO CAPÍTULO
A RAZOABILIDADE COMO PARÂMETRO
DE ATUAÇÃO E CONTROLO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. SENTIDO DO CONCEITO DE RAZOABILIDADE COMO PARÂMETRO DE ATUAÇÃO E CONTROLO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	59
15. A razoabilidade como critério de aceitabilidade racional	59
16. Ónus de justificação dos juízos e decisões da Administração	67
17. Sentido negativo da exigência de razoabilidade	74
2. PADRÕES DE RAZOABILIDADE	77
18. Indicação de sequência	77
2.1. Razoabilidade como racionalidade	77
19. Razoabilidade como racionalidade	77
2.2. O problema da razoabilidade para além da racionalidade	78
20. O problema da razoabilidade para além da racionalidade	78

2.2.1. A razoabilidade como padrão de normalidade social	84
21. A razoabilidade como padrão de normalidade social	84
2.2.2. Razoabilidade e justiça	88
22. Razoabilidade e justiça	88
2.2.3. Razoabilidade e eficiência	92
23. Razoabilidade e eficiência	92

SEGUNDO CAPÍTULO

SENTIDO E ALCANCE DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE CONSAGRADO NO ARTIGO 8.º DO CPA

24. Indicação de sequência	95
1. O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE NO CONFRONTO COM OUTROS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	96
25. Relação do princípio da razoabilidade com outros princípios e modo de articulação entre um e outros. Indicação de sequência	96
1.1. O princípio da razoabilidade no artigo 8.º do CPA	101
26. Razoabilidade e justiça no artigo 8.º do CPA	101
1.2. O princípio da razoabilidade no contexto dos princípios gerais da atividade administrativa	107
1.2.1. Princípio da razoabilidade e princípios da igualdade e da proporcionalidade	107
27. Configuração garantística dos princípios da igualdade e da proporcionalidade e dualidade de regimes quanto à intensidade da submissão a exigências de parametrização jurídica	107
28. Recusa de um controlo minimalista da observância dos princípios da igualdade e da proporcionalidade	114
29. Possibilidade de controlos de intensidade variável dos princípios não se confunde com um controlo minimalista	117
30. Em particular, controlo de proporcionalidade vs controlo minimalista de razoabilidade	120
31. Conclusão. Direito comparado	125

1.2.2. Princípio da razoabilidade e eficiência da Administração	129
32. O princípio da razoabilidade não tem de desempenhar uma função garantística	129
33. Sentido e limites do princípio da boa administração como imperativo de eficiência	132
34. Princípio da boa administração como eficiência e princípio da razoabilidade	138
2. DOMÍNIOS POSSÍVEIS DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE	141
35. Enquadramento. Indicação de sequência	141
A) Aplicação instrumental do princípio da razoabilidade: preenchimento valorativo de conceitos normativos indeterminados	142
36. Determinação da zona de certeza negativa de conceitos normativos indeterminados atributivos de poderes de valoração próprios	142
37. Instrumentalidade do juízo de razoabilidade envolvido	145
38. Enquadramento na previsão da “interpretação das normas jurídicas”	148
B) Aplicação do princípio da razoabilidade em situações de irracionalidade	149
39. A irracionalidade como desrazoabilidade	149
40. Autonomia das situações de inadequação dos meios em relação aos fins	153
C) Aplicação do princípio da razoabilidade como teste categórico de tolerabilidade?	156
41. Aplicação como teste categórico de tolerabilidade?	156
D) Aplicação alternativa do princípio da razoabilidade em relação ao princípio da proporcionalidade	160
42. Ponderação de bens e proporcionalidade	160
43. Controlo de manifesta desrazoabilidade da eficiência administrativa	165
ANEXO	171
BIBLIOGRAFIA	195